



ESTUDO DE CASO: A ATIVIDADE FÍSICA COM METODOLOGIAS ADEQUADAS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

David Porfiro Fagundes

Prof. Msc. Alessandra Alves de Souza Nery

Curso: Educação Física Período: 8ª Área de Pesquisa: Educação Especial

Resumo: Discutir o papel das atividades físicas como metodologia adequada para crianças com transtorno do espectro autista (TEA) é relevante, uma vez que tal disciplina contribui significativamente para o desenvolvimento global dessas crianças. Além disso, essas ferramentas são de extrema importância para a comunidade educacional, pois oferecem dados essenciais sobre o autismo e propõem estratégias pertinentes que envolvem a aplicação da atividade física no processo de ensino e aprendizagem. O presente estudo objetiva averiguar as principais contribuições e benefícios do uso das atividades físicas como abordagem pedagógicas fundamental no aprimoramento da aprendizagem de crianças com transtorno do espectro autista. Para tanto, é necessário investigar como intervenções específicas podem influenciar o desenvolvimento motor, social e comportamental do aluno. Esta análise foi enriquecida através de uma entrevista realizada com uma profissional da área da educação física, a qual atua em academias e projetos sociais voltados para o autismo, na cidade de Juiz de Fora (MG). A pesquisa é de cunho qualitativo, realizada por meio de estudo de caso, com entrevista semiestruturada e, em seguida, análise de conteúdo dos dados coletados. Diante disso, verifica-se que a atividade física regular é fundamental para a saúde física e mental, uma vez que oferece o aprimoramento de habilidades motoras, o que contribui para uma melhor coordenação. Além disso, também oferta um aumento nos estímulos sensoriais de forma benéfica para as crianças autistas, as quais podem ter sensibilidade sensoriais específicas, o que impõe a constatação de que é essencial investir em programas e estratégias que promovam a inclusão de atividades físicas adaptadas para crianças autistas é não só recomendado, mas essencial para o seu desenvolvimento holístico dessas crianças.

Palavras-chave: Atividade Física. Transtorno do Espectro Autista. Crianças. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Conforme o artigo exposto pela Organização Mundial da Saúde OMS (2023), o autismo é um conjunto de condições que afetam o desenvolvimento cerebral e a comunicação, bem como a interação social do indivíduo, tal condição representa uma incidência aproximadamente de um, em cada cem crianças. Portanto, é imprescindível que sejam desenvolvidas estratégias eficazes para a inclusão dessas crianças no ambiente educacional, utilizando as atividades físicas como ferramenta de intervenção.

Uma notável abordagem, segundo Brasil (2009), é o Programa de Atendimento Educacional Especializado (AEE), projeto que objetiva oferecer suporte adicional no trabalho dos professores em sala de aula, sistema de ensino que deve matricular alunos com deficiência, ou outros tipos de transtornos globais do desenvolvimento, o que também engloba aos alunos autistas.

A priori, este artigo desempenha um papel pertinente e deve ser uma fonte de pesquisa onde pais e educadores têm a oportunidade de tomar decisões corretas acerca do tratamento de crianças com transtorno do espectro autista (doravante TEA). O estudo demonstra que as atividades físicas podem contribuir como método de ensino que ajuda de forma prazerosa promover a inclusão de crianças com o espectro autista.

Assim sendo, a pesquisa, de acordo com Vilaça (2015), desempenha um papel fundamental no fortalecimento da confiabilidade científica, tornando-se de grande valia para a comunidade acadêmica e educacional, pois oferece dados essenciais sobre o autismo e apresenta estratégias que relacionam atividades físicas e o potencial de ensino de crianças com autismo.

Objetiva-se averiguar as principais contribuições e benefícios do uso das atividades físicas como abordagem pedagógica fundamental no aprimoramento da aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

O foco deste estudo é fundamentado no seguinte questionamento: "De qual forma a atividade física pode ser utilizada como metodologia lúdica e didática para aprimorar o ensino e aprendizagem de crianças com autismo?"

O presente artigo foi realizado por meio de um estudo de caso em uma academia que disponibiliza atividades voltadas à psicomotricidade localizada na cidade de Juiz de Fora (MG), e adotará um processo de cunho qualitativo, fazendo uso de entrevista semiestruturada e, em seguida, análise de conteúdo dos dados coletados.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 TEA e suas características

O transtorno do espectro autista é caracterizado como uma síndrome neuropsiquiátrica com manifestações comportamentais distintas para idade, com padrões e interesse restritos, acompanha também alterações na comunicação e na interação social. (AMERICAN PSYCHIATRIC, 2013). O TEA engloba manifestações muito variadas e, por isso, utiliza-se atualmente o termo “espectro”, englobando as manifestações do transtorno, em seus diferentes níveis (DSM-5¹). Além disso, as anormalidades no desenvolvimento são características do autismo que podem ser observadas nos primeiros três anos de vida e permanecem até a idade adulta. Apesar da importância, a causa do TEA é desconhecida. Acredita-se que seja multifatorial e envolve fatores genéticos e neurobiológicos, como anomalias fisiológicas ou anatômicas do sistema nervoso central, problemas constitucionais inatos e interações entre vários genes (DSM-5).

Existem distintas classificações de acordo aos níveis de gravidade do espectro autista, segundo o Manual Estatístico e Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria-5 (DSM-5), existem três níveis:

NÍVEIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS	CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS
Nível 1 – Exigindo apoio	Em relação a comunicação social, os déficits causam prejuízos evidentes se não existe apoio. Pode apresentar, no seu dia a dia, dificuldade em começar uma interação social e exemplos claros de reações atípicas ou ineficazes às aberturas sociais de outras pessoas e pode não demonstrar interesse em interações sociais. Uma pessoa que consegue falar frases completas e se envolver na comunicação, por exemplo, tem problemas para falar com os outros e tenta fazer amizades de maneira estranha e geralmente falha.	Em relação ao comportamento pode apresentar dificuldade em interagir com outras atividades. A independência é limitada por problemas de planejamento e organização, onde a pessoa com espectro autista não consegue colocar em ordem suas ideias de planejamento.
Nível 2- Exigindo apoio substancial	Mesmo com apoio, existe déficits evidentes na comunicação verbal e não verbal. Apresenta limitação em começar a interagir com outras pessoas e tem característica de resposta reduzida ou anormal às aberturas sociais das outras pessoas. Também pode ser frequente o autista ser uma pessoa que fala frases simples, tem interesses especiais reduzidos e tem comunicação não verbal extremamente estranha.	No comportamento, é geralmente inflexível, não apresenta boa tolerância a mudanças, permanece com o mesmo padrão repetitivo e restrito, e apresenta dificuldade para mudar de foco ou de comportamentos.
Nível 3 - Exigindo	Nesse nível, o déficit é grave na comunicação verbal e na não verbal, com prejuízos graves das suas	No comportamento apresenta grande inflexibilidade,

apoio muito substancial	relações. Tem reações sociais muito restritas e não lida bem com interações de outras pessoas.	desordem, extrema dificuldade e até sofrimento em lidar com mudança, padrão de comportamento restrito e repetitivo que interferem em todas as esferas da vida da pessoa com espectro autista.
-------------------------	--	---

Segundo Silva e Mulick (2009), para chegar a um diagnóstico, é necessário fazer uma avaliação completa da criança por uma equipe de profissionais especializados. O comportamento, os costumes e o desenvolvimento de suas relações sociais vão exigir tempo para que a equipe tome conhecimento, sendo feito o diagnóstico em processos de acompanhamento constante não em um único atendimento. Além do desenvolvimento da equipe com o paciente, é importante o entendimento dos pais ou responsáveis sobre as dificuldades que enfrenta a criança, oferecendo apoio social e afetivo.

A prevalência do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) está aumentando globalmente (BRACKS e CALAZANS, 2018). De acordo com Ami Klin (2006), esse aumento da prevalência pode estar relacionado às definições mais amplas do autismo, acarretadas pelas modificações do seu conceito e dos critérios de diagnóstico nos últimos anos. Nota-se que esse aumento também está associado a fatores como: maior difusão de conhecimento e discussão sobre o TEA entre os clínicos e comunidade científica; mudança na idade de diagnóstico (resultando em diagnósticos mais precoces, tendo em vista a maximização de desfechos positivos); melhor conscientização da comunidade leiga acerca dos sinais precoces do TEA; mudanças nos serviços e políticas públicas.

Atualmente, não existem dados concretos que afirmem quantas pessoas apresentam o espectro autista, porém, estimasse que quase seis milhões de pessoas possuem autismo no Brasil. A relação foi feita mediante comparação e análises de dados populacionais dos Estados Unidos, segundo o *Centers for Disease Control and Prevention* dos Estados Unidos da América, existe um autista para cada trinta e seis pessoas (2,77%). No Brasil, em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimava-se uma população de 215.902.000 (duzentos e quinze milhões, novecentos e dois mil) pessoas para 2021, em cálculos, 2,77% dessa população seriam a provável prevalência de crianças com autismo no Brasil.

2.2 O Papel Da Atividade Física no Desenvolvimento da Educação Infantil

Segundo Santin (2003), “o movimento humano, por fim, pode ser compreendido como uma linguagem, ou seja, como capacidade expressiva”. Deste modo, atividade física cumpre um papel fundamental na educação infantil, desempenhando não apenas benefícios no desenvolvimento físico, mas também na socialização e na comunicação. Através de brincadeiras e jogos coletivos as crianças aprendem a interagir, compartilhar e trabalhar em equipe. Além disso, também oferece oportunidades para a criança se expressar de maneira não verbal, onde a criança aprende a comunicar suas emoções e pensamentos através do movimento, o que é fundamental para o desenvolvimento da linguagem corporal e da compreensão das emoções do outro.

Entende-se que o movimento é uma forma de expressão intrínseca que vai além do simples ato físico, o qual pode ser entendido como linguagem, já que possui

a capacidade de transmitir ideias, emoções e intenções sem necessidade de palavras. Através dos gestos, posturas e movimentos, as pessoas podem comunicar sentimentos, contextos sociais e até mesmo narrativas complexas. Essa capacidade expressiva vai além da comunicação verbal e é parte essencial da nossa interação e compreensão nas interrelações.

De acordo com Palomo (2001), a atividade física quando bem aplicada na infância, melhora o desempenho educacional e motor da criança e se conecta à área psicológica no processo de ensino aprendizagem, o que leva a mudanças no desenvolvimento cognitivo. Além de incentivá-la a se desenvolver características sociais e interagir com seus colegas. Pois o movimento é linguagem, é a forma de expressão mais utilizada na infância se caracterizando como um sistema complexo de significação e comunicação, verbal e não verbal, baseado no emprego de imagens, sons e gestos. Portanto, compreender a conexão positiva entre a atividade física e o desempenho escolar envolve reconhecer como esse hábito estimula uma variedade de movimentos voluntários. Desde a comunicação até a expressão criativa, a atividade física desempenha um papel fundamental. Através do movimento, as crianças não apenas aprimoram suas habilidades motoras, coordenação e equilíbrio, mas também fortalecem seu desenvolvimento social e cognitivo.

2.2.1 O papel crucial da atividade física na promoção da saúde e bem-estar humano

Segundo o Guia da Atividade Física Para a População Brasileira (2021), a prática de atividades físicas promove o desenvolvimento físico, estimula habilidades sociais, cognitivas e emocionais. Prontamente, a atividade física é benéfica para o crescimento saudável, ajudando o fortalecimento dos ossos, músculos e aprimoramento das habilidades motoras. Além disso, aplicar-se o hábito de se exercitar contribui significativamente para a prevenção de doenças crônicas durante a vida, como obesidade, diabetes e doenças cardíacas. Ao longo do tempo, a prática regular de atividades físicas estabelece bases sólidas para um estilo de vida ativo e saudável, proporcionando benefícios não apenas físicos, mas também mentais, como uma melhoria na concentração, no bem-estar emocional e na qualidade de vida. Portanto, uma vida ativa se torna de extrema relevância para o pleno desenvolvimento humano, e por isso deve ser adotada em todas as fases da vida.

Como ressalta Nahas (2017), a atividade física não se limita a benefícios estéticos ou a melhoria de condicionamento físico, mas também ao longo do prazo a adoção de uma rotina de atividades físicas reduzem o risco de desenvolver condições crônicas como doenças cardiovasculares, diabetes e certos tipos de câncer. Além dos seus impactos positivos na saúde mental, reduzindo o estresse e melhorando o humor, a qualidade de sono e a clareza mental.

Em suma, é de extrema importância ressaltar que a prática não apenas da atividade física formal, como os exercícios planejados, mas também das atividades diárias, como caminhar, subir escadas entre outras formas de movimentos que podem ser incorporadas facilmente na rotina, movimentos corporais que resultam em um gasto significativo de energia.

2.2.2 A relevância da atividade física para o desenvolvimento de crianças autistas

O *National Clearinghouse on Autism Evidence and Practice* (NCAEP) identificou o exercício físico como um método definitivo para tratar TEA, sendo uma ferramenta de inclusão poderosa. Por meio de revisões sistemáticas com metanálises, a prática pode ser prescrita com o objetivo de aumentar comportamentos acadêmicos, sociais e comunicativos. Por outro lado, contribui para a diminuição de

comportamentos agressivos, auto lesivos e estereotipados, proporcionando benefícios para a saúde do praticante. Neste sentido, é importante destacar a educação física adaptada como metodologia educativa que busca o desenvolvimento integral de pessoas com transtorno do espectro autista.

No que concerne à área da educação física, a educação física adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão (CIDADE e FREITAS, 2002, apud AGUIAR e DUARTE, 2005).

Como resultado, a educação física como um componente baseado em atividades motoras e pedagógicas, ajuda a promover a aprendizagem dessas crianças autistas. Entretanto, as atividades desportivas competitivas podem se tornar uma prática desfavorável à cooperação ao causarem frustração nos alunos. Os professores de educação física devem ter cuidado ao incorporar essas atividades nas aulas porque a exclusão causada pela cultura competitiva é contrária a inclusão.

2.3 Amparos legais para crianças especiais

A Constituição Federal de 1988 e outras leis do país garantem aos autistas os mesmos direitos que todos os cidadãos. Deste modo, a inclusão e a proteção dos direitos das pessoas autistas se tornaram pautas importantes a serem abordadas em todo o mundo. Em diversos países, leis específicas foram criadas para garantir que os indivíduos com TEA recebam o apoio e a igualdade que merecem.

Neste contexto, é crucial compreender as leis de amparo feitas para pessoas autistas, quais são seus objetivos e impactos na vida das pessoas afetadas por esse transtorno do neurodesenvolvimento. Tendo como exemplo a lei criada em 8 de janeiro de 2020, conhecida como Lei Romeo Mion Nº 13.977, cria a Carteira de Identificação de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) com o propósito de melhorar a visibilidade. A legislação foi criada em resposta à dificuldade de identificar o autismo visualmente, o que frequentemente dificulta o acesso a serviços e atendimentos prioritários, tais como estacionar em vagas destinadas às pessoas com deficiência. Vale ressaltar que os órgãos estaduais e municipais fornecem o documento de forma gratuita. O seu nome foi inspirado no adolescente portador de autismo de grau leve, Romeo Mion (18anos), filho do apresentador de televisão Marcos Mion.

Segundo a legislação brasileira, existem outros exemplos dos direitos das pessoas autistas, que são:

Lei nº 13.370: Para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e para revogar a exigência de compensação de horário. (12 de dezembro de 2016). Lei Nº 8.899: Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. (29 de junho de 1994). Lei Nº 10.048: Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. (8 de novembro de 2000).

2.3.1 O papel fundamental do Estatuto da Criança e do Adolescente e da lei de diretrizes e bases da Educação Nacional no contexto educacional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/13 de julho de 1990, disserta que de forma fundamental a educação é responsável em garantir os direitos e proteção de crianças e adolescentes, promove um ambiente seguro, inclusivo e educativo para o desenvolvimento saudável desses jovens. Ele orienta as práticas educacionais, incentivando a participação ativa, o respeito e a garantia de direitos básicos no contexto escolar. Também reafirma a importância compartilhada entre a família, sociedade e do Estado em assegurar as bases necessárias para o pleno desenvolvimento desses grupos, protegendo-os de qualquer tipo de discriminação, abuso ou violência.

No Brasil, a principal lei é a Constituição federal. O artigo 205º da Constituição de 1988 afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

À medida que isso acontece, a família, a sociedade e o Estado devem promover o desenvolvimento humano. As famílias devem enviar seus filhos para a escola, e o Estado deve assegurar a disponibilidade de vagas para matrícula de crianças nas escolas públicas. Segundo Silva (2013), em relação à educação, as orientações estão previstas tanto na Constituição Federal quanto na Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) 9.394/96, sendo que a primeira se refere ao âmbito do processo educativo.

Afirma-se que a educação abre os processos de formação que se desdobram nos âmbitos da vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, ademais das organizações da sociedade civil e expressões culturais. Em outras palavras, a escola é responsável apenas pela educação. Tanto a Constituição Federal, quanto a LDB estabelecem os princípios e objetivos educacionais aplicados ao sistema educacional. Refira-se que o princípio da gratuidade do ensino foi também alargado ao ensino secundário, que anteriormente era uma exceção, e o ensino superior nas instituições oficiais foi claramente declarado gratuito.

2.3.2 Importância da valorização da inclusão para crianças autistas

Dentro do contexto social da educação inclusiva, o qual está marcado por muitas incertezas, relativismos e medos, a escola desempenha um papel crucial ao viabilizar aos alunos a oportunidade de interagir socialmente, buscando uma realidade menos preconceituosa e livre de injustiças. Em evidência, observou-se que as crianças com autismo devem ser incluídas na rede de ensino regular, uma vez que este tipo de instituição incentiva a relação entre alunos típicos e atípicos. É nesta inclusão que a criança com TEA tem a oportunidade de vivenciar a alternância entre as coisas que acontecem todos os dias de formas semelhantes e diferentes. Essa alternância permite o maior número possível de experiências, o que tornará o ambiente social menos imprevisível. (BELISARIO JR. e CUNHA, 2010).

Além disso, as escolas, por lei, devem estar preparadas para receber essas crianças, de acordo com as Diretrizes e Bases da Educação de 9.394/96, dentro do artigo 59º se deixa claro que as escolas devem dispor de:

- I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; -
- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; -
- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Vale destacar que essas medidas especiais não objetivam a criação de uma “escola especial”, mas sim a garantia de combinações de fatores que favoreçam o desenvolvimento psicossocial e intelectual da criança. A inclusão de crianças autistas é fundamental e o contato com outras pessoas não deve ser limitado, pois, quanto menos restrições tiverem, melhor será seu desenvolvimento na sociedade através da interação que das mesmas associadas ao apoio da comunidade. Tal como afirma Salamanca (UNESCO, 1994), todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo.

É importante recordar que inclusão não é somente adaptar as medidas asseguradas por lei, significa aceitar e entender que a educação não se limita ao ambiente de sala ou escola. Inclusão é quando se acolhe, quando as diferenças são aceitas, quando se demonstra afeto e, principalmente, quando a individualidade e tempo de cada um são respeitados.

2.4 Metodologia

A pesquisa foi conduzida por meio de um estudo de caso em uma academia que fornece atividades voltadas à psicomotricidade localizada na cidade de Juiz de Fora (MG), que envolveu uma análise aprofundada para investigar e compreender de maneira abrangente os aspectos relevantes em questão.

A metodologia utilizada neste artigo foi a de estudo de caso, que segundo Yin (2001), é uma abordagem valiosa quando o objetivo é a compreensão de fenômenos sociais complexos ou a explicação de relação de causa e efeito em intervenções ou situações da vida real que transcendem a capacidade de serem adequadamente analisadas por meio de estratégias experimentais ou levantamento de dados.

Foi utilizada a entrevista não padronizada, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013), o entrevistador tem a oportunidade de explorar as questões de forma mais flexível e sem a obrigatoriedade de seguir um roteiro pré-estabelecido. Isso

permite que a coleta de dados seja feita de forma mais livre durante o decorrer da entrevista. Essa interlocução foi realizada por meio do aplicativo Google Meet: <https://meet.google.com>.

O critério utilizado nesta pesquisa foi o qualitativo que segundo a autora Schmidt (1995, p.62), descreve que “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”.

Para garantir uma resposta abrangente às perguntas deste artigo, usamos o método de análise de conteúdo, sendo a forma de análise e interpretação de dados.

2.5 Discussão de resultados

O estudo de caso foi realizado com uma profissional na área da educação física que atua na cidade de Juiz de Fora (MG), em academias e projetos sociais voltados para o autismo. Em busca de um maior entendimento sobre o tema, o gráfico abaixo relata as informações obtidas durante a entrevista:

PERGUNTAS	RESPOSTAS	ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA
Como você se envolveu inicialmente e qual é a motivação que te impulsiona a trabalhar com esse público específico?	“O meu envolvimento com o autismo começou na infância porque minha mãe trabalhava na APAE da minha cidade, então tive a oportunidade de participar de muitas atividades. Antigamente, não tinha muito esse critério de diagnóstico de autismo, então, muitas crianças eram tidas como deficientes intelectuais e hoje eu acredito que fossem autistas. O autismo em si, eu conheci dentro da faculdade, porque lá eu passei para ser bolsista de um projeto de natação onde tive experiências com alunos autistas. Depois disso, eu comecei a estudar, fui percebendo as características de cada aluno com cada vez mais curiosidade e, desde então, estou me aprofundando cada vez mais e continuo me surpreendendo com o autismo.”	Silva e Mulick (2009), para chegar a um diagnóstico, é necessário fazer uma avaliação completa da criança por uma equipe de profissionais especializados. O comportamento, os costumes e o desenvolvimento de suas relações sociais vão exigir tempo para que a equipe tome conhecimento, sendo feito o diagnóstico em processos de acompanhamento constante não em um único atendimento.
Qual o seu papel e especialização na área do autismo hoje?	“Sou formada em educação física pela UFJF, estou fazendo a pós-graduação em intervenção APA dos autistas, e a especialização do autismo com a equipe Rodrigo Brivio (RJ). Atuo atualmente como professora de natação e de psicomotricidade em academias aqui de Juiz de Fora, e tenho um projeto social para crianças com deficiência.”	Resposta pessoal
Quais benefícios	“A melhora da coordenação motora	Palomo (2001) a

e resultados observados por você ao longo de sua carreira durante as aulas de educação física?	fina e grossa, também na consciência corporal, aumento da autonomia, autoestima, melhora muscular, na lateralidade, e no equilíbrio.”	atividade física quando bem aplicada na infância, melhora o desempenho educacional e motor da criança e se conecta à área psicológica no processo de ensino e aprendizagem, o que leva a mudanças no desenvolvimento cognitivo.
A psicomotricidade possui relevâncias significativas na evolução de crianças autistas?	“Sim, por ser uma ciência que estuda o indivíduo se concentrando no corpo em movimento e a sua relação com meio interno e meio externo. Tem uma significância positiva na vida de uma criança autista e no seu desenvolvimento, principalmente porque ela trabalha o pilar cognitivo, funcional, motor, e com esses três pilares você também desenvolve a interação social.”	Guia da Atividade Física Para a População Brasileira (2021), a prática de atividades físicas promove o desenvolvimento físico, estimula habilidades sociais, cognitivas e emocionais. Prontamente, a atividade física é benéfica para o crescimento saudável, ajudando o fortalecimento dos ossos, músculos e aprimoramento das habilidades motoras.
Em que as estratégias eficazes na incorporação de atividades físicas contribuem para o desenvolvimento das crianças autistas no programa de ensino?	“É fundamental criar um ambiente onde a criança se sinta descontraída, experimente prazer na prática das atividades e não encare essa experiência como uma obrigação, dever ou compromisso, especialmente para as crianças autistas, a gestão de rotinas pode ser um desafio, e, por isso, a abordagem deve ser flexível. Ao promover uma atmosfera lúdica, a criança pode engajar de maneira mais positiva nas atividades físicas, contribuindo não apenas para seu desenvolvimento físico, mas também para o seu bem-estar emocional. A ideia central é criar um espaço onde a prática física seja mais do que uma atividade obrigatória, mas sim uma oportunidade para criança explorar, se expressar e desenvolver	O <i>National Clearinghouse on Autism Evidence and Practice</i> (NCAEP) identificou o exercício físico como um método definitivo para tratar TEA, sendo uma ferramenta de inclusão poderosa. Por meio de revisões sistemáticas com metanálises, a prática pode ser prescrita com o objetivo de aumentar comportamentos acadêmicos, sociais e comunicativos.

	habilidades motoras e sociais de maneira natural. A abordagem não só leva em consideração as necessidades específicas das crianças autistas, mas também reconhece a importância de cultivar uma relação positiva e prazerosa com a atividade física desde cedo.”	
Quais são os desafios mais comuns que as crianças autistas enfrentam nas aulas e como podem ser superadas?	“A aceitação do diagnóstico, pois é um desafio que todas as famílias enfrentam, e que a criança é muito afetada nesse momento porque se eu tenho um filho autista e não aceito o diagnóstico dessa criança eu estou prejudicando-a, pois o meu tempo de aceitação pode ser um tempo em que aquela criança está perdendo, de estimulação de socialização, e isso já acontece muito, muitos pais demoram a identificar ou aceitar o diagnóstico dos seus filhos. Então essa aceitação do diagnóstico, para mim, é o maior desafio.”	Lei nº 13.370: Para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e para revogar a exigência de compensação de horário.
Quais são as atividades psicomotoras mais eficazes para o pleno desenvolvimento de crianças autistas?’	“Não há atividades físicas universalmente eficazes para esse público. Não existe um roteiro padronizado que promova o desenvolvimento das crianças autistas, enfatizando a singularidade de cada criança. Desta forma, é de extrema importância que professores respeitem e adaptem as abordagens de acordo com a individualidade específica de cada aluno. Sendo assim, a abordagem personalizada no desenvolvimento de atividades psicomotoras para crianças autistas é crucial. Ao respeitar a individualidade de cada criança, os educadores podem criar experiências mais significativas e eficazes, contribuindo assim, para o progresso e bem-estar de seus alunos autistas.”	Salamanca (UNESCO, 1994), todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo.
Qual a importância da conscientização e o entendimento do autismo na sociedade?	“Há uma relevância importantíssima, pois como qualquer tema que possa gerar preconceito ou exclusão, a sociedade tem que discutir, tem que falar, e acima de tudo tem que aprender a respeitar as diferenças.	Em evidência, observou-se que as crianças com autismo devem ser incluídas na rede de ensino regular, uma vez que este tipo de instituição

	Penso que o errado é tentar ser igual, e que a partir do momento em que falo que quero ser igual a alguém eu estou me desrespeitando, estou camuflando as minhas diferenças para igualar as diferenças do outro. Então somos diferentes e temos a nossa individualidade e ela precisa ser respeitada por todos e principalmente por nós mesmos.”	incentiva a relação entre alunos típicos e atípicos. É nesta inclusão que a criança com TEA tem a oportunidade de vivenciar a alternância entre as coisas que acontecem todos os dias de formas semelhantes e diferentes. Essa alternância permite o maior número possível de experiências, o que tornará o ambiente social menos imprevisível. (BELISARIO JR. e CUNHA, 2010).
Quais os resultados observados ao usar a atividade física como parte integrante do programa educacional para crianças autistas?	“Acredito que o prazer. A atividade física ela motiva a criança, ela traz prazer, ela abraça, a atividade física tem um poder transformador muito positivo desde que apresentada para a crianças de forma correta, e quando se fala de educação, do ensino e aprendizagem, principalmente dos anos iniciais, a atividade física influência muito. Às vezes, em aula de natação eu pego os bichinhos, e tenho muito aluno que estuda em escola bilíngue, e às vezes eu vejo que eu separo um mês, e esse mês trabalho mais com animais e eu vejo que aquela criança busca aprender o nomezinho dos bichinhos em inglês para me ensinar, e para mostrar que aprendeu , então assim, eu acho que o aprendizado na escola ele fica rico porque ela tenta levar o que está aprendendo na escola para a atividade física. Deste modo, identificamos como é importante considerar o aluno como uma fonte de conhecimento nas aulas, onde não só o professor possui autonomia para ensinar, mas sim, deixar com que os alunos busquem conhecimentos para poderem compartilhar, tornando-se assim,	Segundo Santin (2003), “o movimento humano, por fim, pode ser compreendido como uma linguagem, ou seja, como capacidade expressiva”. Deste modo, atividade física cumpre um papel fundamental na educação infantil, desempenhando não apenas benefícios no desenvolvimento físico, mas também na socialização e na comunicação.

	uma aula mais prazerosa, comunicativa, e afetiva entre aluno e professor.”	
Mediante a experiência e conhecimento profissional solicitamos que ela compartilhasse um caso de sucesso ou uma experiência gratificante que teve ao nessa função de atividade física com crianças autistas.	“O adolescente fez parte do meu projeto social, e o motivo seria por se tratar de um adolescente com nível 2 de suporte, e que possuía uma comunicação bem breve, bem atípica, um adolescente muito objetivo. Ele foi marcante pela história de como chegou até a mim, com a mãe entrando em contato querendo inscrever o filho em algum tipo de atividade física, mas que ela nunca conseguiu obter sucesso nesse objetivo. Ela só conseguiu deixar o filho em algumas atividades por apenas 2 semanas, pelo desinteresse da própria criança e até memos algumas das vezes do próprio profissional. Isso por se tratar de um adolescente que tinha 16 anos e com uma grande probabilidade de possuir gigantismo, que não aceitava contato físico. Sendo assim, um caso bem complicado de se obter resultados positivos rapidamente, e por esse motivo me senti um pouco nervosa, pelas características citadas do adolescente, mas eu aceitei, pois acredito que o projeto tem como intuito de abraçar todos. Eu fiquei muito surpresa com os resultados, pois o adolescente com apenas 4 aulas já estava executando as atividades sozinho. O desenvolvimento dele foi totalmente visível, em questões técnicas e até mesmo pessoais, como melhoras no relacionamento com a própria mãe, e até mesmo com outras pessoas. Portanto, esse aluno se tornou um dos mais gratificantes para mim.”	Resposta pessoal
Qual o papel dos pais e cuidadores no estímulo a psicomotricidade das crianças autistas?	“Além de lidar com o diagnóstico e tomar decisões sobre intervenções, os pais desempenham um papel contínuo, complementando o trabalho dos profissionais. É muito importante que os pais proporcionem estímulos em casa, no parquinho e durante as horas	Lei nº 13.370: Para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e

	livres. A falta desses estímulos pode resultar em atrasos significativos no desenvolvimento em comparação com crianças que recebem apoio ativo dos pais e cuidadores. Assim, o comprometimento dos pais em manter essas intervenções reflete diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento das crianças autistas.”	para revogar a exigência de compensação de horário.
--	--	---

3 CONCLUSÃO

Ao iniciar a pesquisa, surgiu uma dúvida sobre o papel das atividades no desenvolvimento de crianças autistas. Assim, era essencial explorar o uso da atividade física como método de ensino para crianças com o transtorno do espectro autista, analisando as contribuições e benefícios significativos das atividades físicas utilizadas como ferramentas lúdicas e de quais formas elas contribuem ao aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem das crianças com TEA.

Esta pesquisa empregou o método descritivo, que segundo Gil (2002) tem como o propósito de abordar de forma detalhada o problema de pesquisa, sendo assim, para examinar e descrever as características do estabelecimento de interesse, investigando as relações entre variáveis e com ênfase na aplicação prática durante e após a conclusão desta pesquisa.

Foi evidenciada a importância crucial da atividade física no desenvolvimento e bem-estar das crianças autistas. As descobertas destacaram não apenas os benefícios físicos, mas também os impactos positivos na saúde mental e em aspectos emocionais, sociais e cognitivos. A prática regular de atividades físicas adaptadas não apenas melhora a saúde física, mas também fortalece de forma

satisfatória as habilidades sociais, reduzindo comportamentos desafiadores e promovendo melhorias na qualidade /de vida dessas crianças. Portanto, é essencial investir em programas e estratégias que promovam a inclusão de atividades físicas adaptadas para crianças autistas não é somente recomendado, mas essencial para o seu desenvolvimento holístico.

Conclui-se que, a atividade física é uma forma de didática eficaz para crianças com autismo pois proporciona uma abordagem sensorial e motora envolvente. Deste modo, utilizar atividades adaptadas as necessidades individuais, respeitando as características, considerando suas particularidades de forma que eles se sintam respeitados, pode melhorar a coordenação, a socialização e a concentração dessas crianças. Sendo de grande valia a presença da ludicidade nas atividades, brincadeiras de formas descontraídas, fazendo com que a criança não entenda a atividade física como uma obrigação ou rotina, desde modo, fazendo com que ela se envolva na atividade.

4.REFERÊNCIAS

BELISÁRIO J., H. F. B., CUNHA, P. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais de desenvolvimento.** Ministério da Educação. Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escola, Fortaleza, v.9, 2010.

BRACKS, Mayana, CALAZANS, Roberto. **La cuestión diagnóstica y su implicación en la epidemia autística.** Revista Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 50.1, p. 51-76, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Senado, 1988. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/sobre/cvm.html>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

_____. **Lei 13.370 de 11 de dezembro de 1990.** Brasília, DF. Senado, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385compilada.htm>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

_____. **Lei 8.899 de 29 de junho de 1994.** Brasília, DF. Senado, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8899.htm>. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

_____. **Lei 10.048 de 08 de novembro de 2000.** Brasília, DF. Senado, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

_____. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, DF. Senado, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF. Senado, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

CDC, Página de autismo do CDC. **Autism Spectrum Disorder (ASD)**. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/spanish/>>. Acesso em 8 de outubro de 2023.

DSM-5, American Psychiatric Association. **Autism Spectrum Disorder - Fact Sheet**. Disponível em: <<http://www.dsm5.org/Documents/Autism%20Spectrum%20Disorder%20Fact%20Sheet.pdf>>. Acesso em 5 de outubro de 2023.

_____, American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GIL, Antonio Carlos, et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *Revista de administração de empresas*, v. 35, p. 57-63, 1995.

GUIAR, J. S.; DUARTE, E. **Educação Inclusiva: Um estudo na área da educação física**. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 2005.

IBGE. **IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2021**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31461-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021>>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Departamento de promoção da saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira** Ministério da Saúde, Secretaria – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 54 p: il. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf>. 06 de outubro de 2023.

PALOMO, Sandra Maria Silva. **Linguagem e linguagens**. *Eccos–Revista Científica*, v. 3, n. 2, p. 09-16, 2001.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz et al. **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares**. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 37, 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTIN, S.: **Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade**. Ijuí: Unijuí, 1987.

SILVA, MICHELINE & MULICK, JAMES. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília. 29. 116-131, 2009.

SILVA, Sonilda Aparecida de Fátima; CARMO, Carmem Sandra Ribeiro do; ROLIM, Neuli. **Fundamento Legal e Princípios da Educação Nacional**. Rede E-Tec Brasil / UFMT, Cuiabá, 2018.

VILAÇA, M. M. **Más condutas científicas uma abordagem crítico-comparativa para in-formar uma reflexão sobre o tema**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, N.60, p. 245-269, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rbedu/a/CkvpTffVyh7SS9LKPLZQ4gJ/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.